

Pronta lista de projetos para que se defina o que o Congresso votará

Fátima Xavier

Ainda que constassem do edital de (auto) convocação do Congresso Nacional que prorrogou os trabalhos da última sessão legislativa até o dia 20 de dezembro, pelo menos oito itens da pauta considerada há mais de seis meses como prioritária não foram votados e sequer estão na Ordem do Dia. O Colégio de Líderes que, no final do ano, sustou a votação por falta de consenso mas com o compromisso de apreciá-los nas primeiras semanas de trabalho de 1992 renovado agora em mais de 50 por cento de seus membros, suspendeu a urgência de todos os projetos em tramitação. É o caso de matérias polêmicas cuja aprovação é aguardada há mais de seis meses como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a taxação de grandes fortunas, o Código de Propriedade industrial, Lei de Imprensa e até a dos Partidos Políticos (Lopp) ainda sem definição num ano de eleições nos 4 mil e 257 municípios brasileiros.

Estão na Ordem do Dia das próximas sessões deliberativas, a partir do dia 10, apenas os projetos com prazo constitucional vencido (45 dias), prerrogativa da Presidência da República e, portanto, de autoria do Executivo. Entre eles, o que limita a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e o que faculta o pagamento de créditos da União que sequer foi aprecia-

do pela Comissão Mista instituída em meados de novembro passado. Vencendo nos próximos 30 dias estão os projetos que estabelecem regras para a fixação e reajustes das mensalidades escolares, ainda mais liberais que a lei em vigor, e a criação da Secretaria de Governo, prevista na última reforma ministerial.

Os projetos de lei que já contavam com requerimentos de urgência aprovados chegavam a nove matérias mas apenas dois foram mantidos. Não pelo mérito mas pela forma como foi obtido o caráter de urgência: a assinatura de um terço dos membros da Câmara, 168 parlamentares. Seria necessário número igual de assinaturas para derrubar os respectivos requerimentos. São os projetos dos deputados Jacques Wagner (BA) e João Paulo (MG), do PT, que disciplina a participação de bancos de desenvolvimento em empresas privadas, e do deputado Carlos Alberto Campista (PDT/RJ) que susta a decisão do Executivo de adiar o pagamento do reajuste de 147 por cento das aposentadorias e pensões (precatória).

Outros seis projetos contavam com requerimentos de urgência prontos para serem apreciados em plenário. Nessa relação estavam a Lei de Imprensa de autoria do líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), o que regulamenta dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária (Lei Complementar), de autoria da

deputada Luci Choinacki (SC) e uma das principais metas da gestão do novo líder do PT, Eduardo Jorge, presente à reunião, e o projeto de resolução do deputado José Dirceu (SP), também do PT, que institui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de irregularidades ocorridas na Legião Brasileira de Assistência (LBA), na gestão da primeira-dama, Rosane Collor.

O adiamento da pauta e a retirada da urgência, contudo, não ocorreram *sine die*. Nas próximas reuniões — a primeira está marcada para terça-feira, dia 10 — o Colégio de Líderes deverá dar um novo ordenamento às matérias prontas para a Ordem do Dia. Quanto à devolução da urgência, tudo vai depender de novas rodadas de negociação. A decisão é principalmente política já que são temas polêmicos de grande interesse para as duas partes, Governo e Oposição, seja para aprová-los ou rejeitá-los. Com os agravantes do quadro político, hoje, não ser exatamente o mesmo de dezembro passado, tratar-se de um ano de eleições municipais e o aprofundamento da crise econômica. Os primeiros indícios são de que o jogo vai ser duro e sem amadorismo. O Governo entra em campo com políticos profissionais como Ricardo Fiuza e Jorge Bornhausen, agora ministros, além de Jarbas Passarinho que já ocupava o Ministério da Justiça.

As prioridades para a ordem do dia

PROJETO — AUTOR	APRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
LDB/PL. 1.258/88 do então deputado OC-TÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG), que fixa diretrizes e bases para a educação nacional. Elísio, atual secretário de Educação de Minas Gerais, não foi reeleito e ao seu projeto foram anexadas outras 27 propostas sobre o assunto. Em novembro passado, o dep. Paes Landim (PFL/PI) entrou com recurso na Comissão de Justiça pela instituição de uma comissão especial para examinar a matéria. Perdeu, mas pediu vista.	28/11/88	Depois de tramitar durante dois anos recebeu mil e 300 emendas em plenário sobre as quais aguarda parecer das Comissões de Justiça, Educação e Finanças, onde o relator é o dep. Luiz Carlos Hauly (PR), líder do PST.
LOPP/PL. 1.670/89 (PAULO DELGADO/PT/MG), 6.054/90 (HAROLDO SABÓIA/PDT/MA), 1.052/91 (PRISCO VIANAL/PDS/BA), 1.824/91 (SEN. JUTAHY MACALHAES/PSDB/BA) e 1.881/91 (NELSON JOBIM/PM DB/RS) que dispõem sobre a organização de partidos políticos e regulamenta o Artigo 17 da Constituição sobre recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão. No final do ano passado, o dep. João Almeida (PMDB/BA) foi designado pelo Colégio de Líderes para compilar todas as propostas num só projeto. O resultado final causou polêmica, foi acusado de ditatorial, antidemocrático até porque, praticamente, extinguiu os pequenos partidos e foi engavetado. Os cinco projetos continuam tramitando, separadamente. Não se descarta, contudo, uma nova tentativa de elaboração de uma projeto único.	09/03/89 13/12/90 11/06/91 30/10/91* 03/10/91	O projeto de Delgado foi desarquivado no dia 2 de maio do ano passado e ainda aguarda despacho para tramitação nas comissões. O de Sabóia, também desarquivado, já foi despachado para as Comissões de Justiça e de Finanças. O de Prisco está na Comissão de Ciência, Tecnologia, e Comunicação. O do senador baiano já foi aprovado no Senado e aguarda despacho na Câmara. E a proposta de Jobim é a única que já conta com pelo menos um parecer aprovado, favorável, do dep. Aluizio Alves (PMDB/RN) e teve a ela apensados outros dois projetos sobre o assunto. Aguarda parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.
GRANDES FORTUNAS/PL. 202/89 do senador FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB/SP) e dispõe sobre a tributação de grandes fortunas nos termos do inciso VII do Artigo 153 da Constituição que remete para Lei Complementar a cobrança de impostos pela União sobre grandes fortunas. Tem três outras propostas apensadas. Considera fortuna todos os bens situados no Brasil ou no Exterior que integrem o patrimônio do contribuinte.	13/12/89*	Aguarda parecer das Comissões de Justiça e de Finanças para emendas de plenário. Chegou a contar com um requerimento de urgência para ser votado durante a (auto) convocação, em dezembro. O requerimento foi rejeitado porque não obteve a maioria necessária.
PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS DAS EMPRESAS/PL. 4.580/90 do atual governador do Maranhão, o ex-senador Édison Lobão (PFL/MA). Define a participação dos trabalhadores nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho para efeitos do § 4º do Artigo 218 da Constituição que determina apoio da lei às empresas que invistam entre outras áreas, na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e pratiquem sistemas de remuneração, desvinculadas dos salários, de participação nos lucros.	04/04/90*	Pronto para a Ordem do Dia. Foi aprovado no Senado. Teve 18 outras propostas sobre o assunto anexadas. Conta com parecer favorável das Comissões de Justiça, Trabalho e de Economia, e entrou na “fila” para votação em plenário. Líderes da Oposição apresentaram requerimento de urgência que foi rejeitado, também porque não atingiu a maioria absoluta de votos no último dia da última sessão legislativa.
PORTOS/PL. 008/91 do Executivo que dispõem sobre a prestação de serviços de movimentação de mercadorias, armazenagens, transporte, e vigilância nos portos, assim como a construção e exploração de instalações portuárias e estruturação de tarifas. Acaba por permitir a privatização de todos os portos do país.	25/02/91	Pronto para a Ordem do Dia. Saiu da pauta para a (auto)convocação no final do ano passado porque não havia consenso para sua aprovação. Tanto não agradava a partidos como o PTB (pendular) como à Oposição.
PROPRIEDADE INDUSTRIAL/PL. 824/91 do Poder Executivo, sem urgência constitucional. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, inclusive um novo Código de Patentes. Uma comissão especial foi designada para compilar todas as matérias sobre o assunto.	08/05/91	O projeto aguarda substituto do relator que foi nomeado ministro do Trabalho e Previdência Social. Reinhold Stephanes (PFL/PR). Está na Comissão Especial instalada em 30 de outubro passado.
LEI DE IMPRENSA/PL. 1.439/91 do deputado GENEBALDO CORREIA (PMDB/BA) que concede anistia aos crimes praticados por meio da Imprensa. Cria na verdade, uma nova lei de Imprensa e é um dos projetos que vem sofrendo mais pressão, seja por parte de empresas de comunicação ou de profissionais (trabalhadores) do setor. Projeto similar está sendo examinado no Senado, na última versão do senador José Fogaça, pronta para votação.	08/08/91	Encontra-se com o deputado Antônio Britto (PMDB/RS), relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. Inúmeras emendas substitutivas elaboradas tanto pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ), OAB e Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) estão sendo negociadas entre os partidos políticos e o relator.
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL/PL. 47/91 , do dep. FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ), regulamenta o Artigo 192 da Constituição que determina que Lei Complementar vai estruturar de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, o Sistema Financeiro Nacional. Uma Comissão Especial indicada pelo Colégio de Líderes foi responsável pelo compilamento das matérias sobre o assunto tendo como presidente o dep. Francisco Dornelles. Foram condensadas 15 propostas.	20/08/91	Encontra-se com o relator da Comissão Especial, dep. Cesar Maia (PMDB/RJ).

* Data que projeto chegou à Câmara, é original do Senado.